



COMISSÃO DE SAÚDE, BEM ESTAR E PROTEÇÃO PARECER

REFERÊNCIA: Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº. 1/2026.

ASSUNTO: Dispõe sobre adequações no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de Botucatu nos termos da Emenda Constitucional nº 103/19.

AUTOR: Prefeito

Trata-se de Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município de Botucatu que promove adequações no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/2019.

A matéria altera a redação do artigo 86 da Lei Orgânica Municipal, estabelecendo idade mínima para aposentadoria voluntária — 62 anos para mulheres e 65 anos para homens — preservando-se a aplicação das novas regras apenas após a edição de lei complementar que discipline os critérios de tempo de contribuição e demais requisitos. Garante, ainda, a manutenção da legislação vigente aos servidores que já tiverem ingressado no serviço público até a publicação da futura lei complementar.

Compete a esta Comissão analisar os reflexos da proposta sob a ótica da saúde, do bem-estar e da proteção social dos servidores públicos municipais.

A previdência social integra o sistema de proteção social do servidor público, estando diretamente relacionada à promoção do bem-estar, da segurança jurídica e da dignidade humana, especialmente no momento da aposentadoria, fase naturalmente associada a maiores demandas de saúde física e mental.

A fixação de idade mínima para aposentadoria voluntária, conforme previsto na Constituição Federal após a Reforma da Previdência, constitui exigência normativa de observância obrigatória pelos entes federativos que mantêm regime próprio de previdência. Nesse sentido, a proposta ora analisada não cria regra autônoma ou isolada, mas promove adequação do texto orgânico municipal ao modelo constitucional vigente.

Do ponto de vista do bem-estar dos servidores, a elevação ou fixação de idade mínima pode representar, em determinadas situações, ampliação do tempo de permanência no serviço ativo, o que exige atenção do Poder Público quanto às condições de trabalho, prevenção de doenças ocupacionais e políticas de promoção da saúde do servidor. Contudo, tais aspectos não são disciplinados diretamente por esta Emenda, que se limita à fixação de parâmetro etário constitucionalmente previsto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



Importante destacar que a proposta assegura a proteção aos direitos adquiridos e à segurança jurídica, ao estabelecer que as novas regras somente produzirão efeitos após a edição de lei complementar específica e que os servidores já ingressos permanecerão submetidos à legislação previdenciária vigente até então. Tal medida resguarda expectativas legítimas e evita alterações abruptas no planejamento de vida funcional e pessoal dos servidores.

Ademais, a justificativa apresentada aponta a existência de significativo déficit atuarial no regime próprio, circunstância que, se não enfrentada com medidas estruturais, pode comprometer a própria capacidade futura de pagamento de aposentadorias e pensões. Sob essa perspectiva, a adequação normativa também se revela instrumento de proteção coletiva, visando garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário para as atuais e futuras gerações.

Assim, cabe-nos, nesta oportunidade, manifestar pelo prosseguimento do projeto, reservando nosso direito de manifestação em Plenário, quando este constar da pauta de discussões.

Plenário “Vereador Laurindo Ezidoro Jaqueta”, 29 de abril de 2026.

Vereador **LELO PAGANI**
Presidente

Vereadora **ERIKA DA LIGA DO BEM**
Relatora

Vereador **THIAGO PADOVAN**
Membro



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Botucatu. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=GJXR-379W-ZM02-D3GG> , ou vá até o site <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: GJXR-379W-ZM02-D3GG

Câmara Municipal de Botucatu, 29 de abril de 2026

Botucatu, 29 de abril de 2026